

# Aparência e propaganda n' *O príncipe*

*Filipe Natal de Gaspari*

## Resumo

Neste ensaio, estudo as ideias de “aparência” e “propaganda” presentes n' *O príncipe* de Maquiavel. Nas partes I e II, busco elucidar como tais noções aparecem no horizonte de análise d' *O príncipe*. Depois, sob o argumento da necessidade de se superar uma leitura meramente dogmática da obra, na seção III, procuro demonstrar a força reveladora das noções de imagem e representação para a compreensão da filosofia política de Maquiavel. Por fim, argumento que leituras objetivistas do método de nosso autor, como a de Ernst Cassirer, devem ser desencorajadas, pois, quando muito, tendem a dar um espaço inferior ao devido à dimensão mítica da representação constante dos escritos políticos de Maquiavel.

**Palavras-chave:** *O príncipe* – Aparência – Propaganda – Representação.

## I.

O ponto de partida deste ensaio encontra-se numa constatação feita por Maquiavel no capítulo XVIII d' *O príncipe* ("como o príncipe deve honrar sua palavra"). Nele o autor florentino afirma, de forma explícita, que a maior parte dos homens, devido à sua simplicidade intelectual, é facilmente conduzida pela boa imagem do governante. Isso porque "os homens", diz Maquiavel, "em geral julgam mais com os olhos do que com as mãos; porque todos são capazes de ver, mas poucos de sentir" (MAQUIAVEL, 2010, p. 106).

A simbologia contida nessa passagem não é trivial, ao menos por duas razões. Em primeiro lugar, ela sugere uma explicação para o hipotético fato de a maioria dos homens ser facilmente conduzida pela aparência do governante: a suposta superficialidade de suas percepções. Maquiavel compreende que, em regra, poucos são capazes de ultrapassar a barreira do que é visível e imediato. A esse respeito, nosso autor escreve: "todos veem aquilo que você [príncipe] parece, poucos tocam aquilo que você é" (MAQUIAVEL, 2010, p. 106). Em segundo lugar, e em decorrência dessa primeira ideia, ela fundamenta outra constatação: o político habilidoso (*virtuoso*) é justamente aquele que, aproveitando-se dessa "má qualidade" dos homens, forja uma boa representação para conquistar os súditos.

Ao ver de Maquiavel, contudo, para ter uma boa imagem, é necessário que o príncipe "pareça" possuir as qualidades certas, a saber, integridade, piedade, fidelidade e religiosidade (MAQUIAVEL, 2010, p. 106). Características essas amoldáveis às exigências dos tempos, nos dizeres do autor florentino, ao soprar dos "ventos da *fortuna*" (MAQUIAVEL, 2010, p. 131-134). Todavia, se Maquiavel estiver certo, os príncipes não precisam ter verdadeiramente todas essas características. Pelo contrário, diz ele, "tendo-as e observando-as sempre, elas são danosas, ao passo que, aparentando tê-las, são úteis" (MAQUIAVEL, 2010, p. 106).

No capítulo XVIII da obra, a alusão de nosso autor ao caso de Francisco de Aragão figura como um exemplo disso. Maquiavel acredita que a manutenção deste na cena política como governante sucedeu, justamente, da preservação de uma boa reputação e de uma boa imagem perante os súditos, muito embora, na prática, perpetrasse atos perversos. Com isso, Maquiavel sugere que, no exercício político, a aparência é mais importante do que a essência: não importa o que um príncipe *é*, mais relevante é o que ele *aparenta ser*. Somente um soberano atento a tal exigência pode evitar o ódio e o desprezo dos súditos, desviar-se da rejeição pública e, por conseguinte, conservar-se no poder.

\* \* \*

Um exemplo claro da importância da aparência do príncipe pode ser extraído do capítulo XIX (“de como escapar ao desprezo e ao ódio”). No cenário das campanhas de batalha medievais, quando o governante deixa os limites territoriais do Estado para lutar contra os inimigos estrangeiros, só lhe resta confiar em sua boa imagem ante os súditos. Sobretudo diante da conspiração de alguns. Isso porque, se parte dos súditos conspirasse contra ele, tendo a maioria ao seu lado, esta poderia coibir a conspiração e, caso viesse porventura a ser morto, tal maioria provavelmente revoltar-se-ia contra os seus assassinos. “Após o assassinio”, argumenta Maquiavel, o conspirador “terá o povo contra si, não podendo esperar nenhuma guarida” (MAQUIAVEL, 2010, p. 109). Como se percebe, a construção de uma boa imagem pelo príncipe pode ser tão salutar, a ponto não só de protegê-lo em vida, mas de causar efeitos para além de sua própria morte.

Considere também os dois primeiros capítulos da obra. Acredito poder traduzir-lhes o espírito por meio da compreensão da seguinte pergunta: por que os principados hereditários tendem a ser mais fortes do que os novos? Se for dado algum crédito a Maquiavel, uma parte considerável da resposta e da explicação desta questão estará no campo da compreensão da ideia de aparência. Nos estados hereditários, por força dos laços familiares, a imagem do soberano já está bem formada, de tal sorte que, para usar das palavras de Maquiavel, neles “é mais fácil que seja querido” (MAQUIAVEL, 2010, p. 48). Nesse caso, o novo príncipe poderá se valer da eventual boa imagem de seu antecessor. Cabe ao sucessor, por conseguinte, aproveitá-la e mantê-la. Nos estados novos, por sua vez, é necessário que o novo soberano forje uma imagem, conquiste os súditos de outrem. Em tal caso, o mais importante e difícil será construir uma forte aparência, preferencialmente de confiança e de admiração, capaz de garantir-lhe o comando do Estado.

## II.

A relação que existe entre a boa aparência de um sujeito político e a necessidade de se veicular essa boa imagem não poderia ficar de lado nesta reflexão. A função, pois, da propaganda é dar suporte à boa aparência. É somente por meio daquela que os sujeitos políticos conseguem efetivamente influenciar, persuadir e convencer os súditos a aderirem a esta. Do ponto de vista da

filosofia política de Maquiavel, propaganda e aparência operam juntas, como fortíssimos instrumentos de ação. Unidas, são capazes de mover os súditos em favor do príncipe, corroborar as expectativas daqueles em relação a este, em prol da conquista e manutenção do poder. Para melhor investigar essa noção, a análise será dividida em duas partes. Na primeira, quero demonstrar a importância da ideia de propaganda para a compreensão que Maquiavel mantém da Igreja católica; na segunda, refiro-me à finalidade imediata d' *O príncipe*, endossando a possibilidade de sua leitura como um verdadeiro manual propagandístico.

\* \* \*

Não é difícil perceber que Maquiavel mantém uma relação difícil com o cristianismo, mais especificamente com a Igreja católica. É que, ao contrário de muitos autores renascentistas que desenvolvem teorias transcendentalistas do poder, para ele, a Igreja não passa de um ator político mundano. Porém, a seu ver, ela não é mais “um” entre os diversos personagens que compõem o enredo da cena política. Em sua época, a Igreja personifica “o” exercício mais latente e duradouro do poder, sendo, segundo ele, os principados eclesiásticos “tão poderosos e de tal qualidade que conseguem conservar seus príncipes no poder não importa como estes se comportem ou vivam” (MAQUIAVEL, 2010, p. 83). Não é preciso ir longe: a característica que Maquiavel elege como fundamental à aparência de um príncipe é a da religiosidade (MAQUIAVEL, 2010, p. 106).

Maquiavel sabe, no entanto, que o “quê” especial do poder da Igreja – para usar das palavras de Goyard-Fabre – “nada tem a pedir a deus”. Na prática, compreende que, por trás de todo esse poder, não há determinação divina alguma. Já dissemos que Maquiavel elabora, em boa medida, uma teoria secularizada da política. Nosso autor se refere aos papas Júlio II e Alexandre VI como verdadeiros combatentes mundanos (MAQUIAVEL, 2010, p. 84-85). Assim, em contraponto a alternativas teocêntricas de justificativa para o poder da Igreja, com seu “aristotelismo decaído” (STRAUSS, 1992b, p. 47), a hipótese que se sustenta neste ensaio é a de que o florentino vê na aparência, bem como na propaganda, os elementos precípuos da manutenção do poder do catolicismo.

Neste ponto, vale a pena recordar a interpretação de Leo Strauss sobre o assunto. Para ele, Maquiavel constata que a Igreja utilizara-se da imagem de Jesus Cristo, um “profeta desarmado” (*unarmed prophet*), como um artifício ideológico poderosíssimo (STRAUSS, 1992b, p. 44). Aí se verifica o

verdadeiro baluarte de toda a fé cristã, capaz de sustentar o poder temporal de tal instituição ao longo dos séculos: a imagem de Cristo fora utilizada para persuadir e convencer os homens da legitimidade do poder da Igreja (STRAUSS, 1992b). Nesse sentido, no âmbito do pensamento de Maquiavel, somos levados a afirmar, com Strauss, que a vitória do cristianismo católico, fundamentalmente, “deveu-se à propaganda” (STRAUSS, 1992b, p. 45). Segundo Maquiavel, o poder persuasivo atrelado a tal imagem é tamanho que, diante dele, nos principados eclesiásticos, o poder das “boas armas” e das “boas leis” tem importância secundária.

\* \* \*

Quero apresentar mais uma reflexão em favor da importância da ideia de propaganda para a obra de Maquiavel. Refiro-me agora à finalidade imediata d’*O príncipe*. Comentadores como Ernst Cassirer e Simone Goyard-Fabre encontram nela um aspecto predominantemente objetivo e pragmático e acabam, por conseguinte, marginalizando uma leitura histórico-pessoal da obra. Dizem que esse aspecto é menos importante do que a altura científica e teórica dos escritos do florentino, além de situar-se num campo de grande subjetividade e especulação. Não parece, contudo, que existam elementos verdadeiramente persuasivos que inviabilizem uma leitura teológica e metalinguística d’*O príncipe*. Pelo contrário, há fortes indícios de que Maquiavel, por meio de tal escrito, tenha se revelado, ele próprio, um grande propagandista<sup>1</sup>.

Maquiavel é um patriota<sup>2</sup>. Esta característica fica nítida no último capítulo d’*O príncipe* (“exortação a tomar a Itália e a libertá-la dos bárbaros”), em razão da preocupação desse autor com a unificação dos principados que viriam a constituir a Itália. Estes principados, diz Maquiavel, estão prontos para seguir uma bandeira de unificação. Para isso, é necessário que um líder a empunhe, guie os italianos e expulse os bárbaros. Qual seria, não obstante, a aceitação desta ideia pouco convencional e factualmente pouco segura pelo

---

<sup>1</sup> Retomo este problema na próxima seção.

<sup>2</sup> Uma ressalva quanto ao uso do termo “patriota” para definir Maquiavel. Como adverte Strauss, Maquiavel é “um patriota de um tipo particular” (STRAUSS, 1992a, p. 10). Nesse sentido, reconheço, por exemplo, que seja pouco acertado utilizar a noção de patriotismo como uma forma de circunscrever a interpretação d’*O príncipe* ao ambiente italiano (STRAUSS, 1992a, p. 80): patriotismo não deve ser confundido com particularismo.

governante? Justamente por acreditar na importância do convencimento é que Maquiavel aposta no caráter propagandístico d' *O príncipe*. Ele tem ciência das dificuldades que rondam a tarefa que propõe ao governante e, por consequência, da dificuldade que teria para convencê-lo<sup>3</sup>. Daí o elemento propagandístico tornar-se indispensável.

É neste ponto de nossa reflexão que o próprio *O príncipe* pode passar a ser visto como uma arma de propaganda. Uma boa síntese dessa ideia é dada por Strauss, para quem, "Maquiavel, sendo ele mesmo um profeta desarmado, não tinha outra esperança de conquista, a não ser por meio da propaganda" (STRAUSS, 1992b, p. 45). O uso de recortes argumentativos – a exemplo da omissão daquilo que seja inadequado de se dizer em face de um soberano (STRAUSS, 1992a, p. 26) –, a manifesta oferta de poder na dedicatória da obra a Lourenço de Médici, o tom discursivo passional empregado por ele no último capítulo, todos esses elementos indicam a intenção do nosso autor de persuadir o seu destinatário imediato, isto é, o príncipe, a aderir às suas ideias. A promessa de poder figura, nesse sentido, como uma das maiores e mais relevantes armas psicológicas de convencimento de Maquiavel.

### III.

Apresentei até agora um breve panorama de como as ideias de "aparência" e "propaganda" despontam na obra. A intenção deste ensaio, contudo, não é reproduzir, de forma dogmática, os ensinamentos políticos contidos n' *O príncipe*. Assim, neste momento, desejo recolocar a questão, de modo a demonstrar que existe algo mais profundo e delicado em tudo o que foi dito. Vamos retomar um ponto que expus no começo deste estudo. Maquiavel afirma que: se, por um lado, os "vícios" dos príncipes, no jogo político, são necessários; se os príncipes bem-sucedidos tiveram que operar "contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião" (MAQUIAVEL, 2010, p. 106) a fim de manter os seus respectivos poderes políticos; por outro, algumas dessas características, se escancaradas, poderiam provocar o desprezo e o ódio dos súditos. Desse modo, para conquistar e manter-se no poder, o príncipe deve, na

---

3 Segundo Strauss, "o último capítulo apresenta um problema não porque é um chamado para libertar a Itália, mas porque é silente em relação às dificuldades que obstruem a sua libertação" (STRAUSS, 1992a, p. 63).

medida do possível, mascará-las, operando, não raro, uma verdadeira transfiguração da realidade em aparência, ou melhor, substituindo a realidade fática pela realidade da aparência.

Como se vê, há aí uma aporia. Por meio da compreensão da ideia de “aparência” e de suas indeterminações teóricas, Maquiavel reconhece, ainda que implicitamente, uma espécie de dilema da conservação ou, como resume Newton Bignotto, traduz um dos “mistérios da conservação política”. Vejamos como essa dificuldade, contudo, pode ser reveladora: primeiro, ela serve para colocar em xeque interpretações que buscam marginalizar a importância dos valores para a compreensão d’*O príncipe*; segundo, por meio dela, Maquiavel retira o domínio exclusivo da cena política das mãos do governante, condicionando o seu sucesso à imagem que os súditos dele mantêm<sup>4</sup>. Ou seja, para preservar-se no poder, o príncipe deve estar ciente de que “não tem controle absoluto sobre todas as dimensões do poder, inclusive da sua imagem” (BIGNOTTO, 2005, p. 139), bem como de que precisa estar de acordo com a “escala de valores tradicionais”, que costuma auxiliar os homens em seus julgamentos, para preservar o poder (BIGNOTTO, 2005, p. 140).

Nem mesmo o capítulo XVII (“se é melhor ser amado que temido”) parece contrariar o que estamos a dizer. Do fato de Maquiavel afirmar que é preferível ao príncipe ser temido a ser amado – já que o amor dependeria do reconhecimento dos súditos ao contrário do temor – não decorre, em absoluto, que menospreze a importância dos súditos para a construção de sua imagem em ambos os casos. Primeiro, porque a noção de “temor” continua sendo relacional, esta depende do reconhecimento dos governados. Além do mais, é necessário lembrar que, embora Maquiavel reconheça tal preferência (ao “temor”), deixa claro que o príncipe deverá encontrar meios para escapar ao ódio da maioria (MAQUIAVEL, 2010, p. 104), o que reforça a hipótese da impossibilidade de o governante autodeterminar-se de um todo. De fato, talvez Maquiavel pretendesse afirmar que, no jogo político, o amor seja menos estável do que o temor, a afeição mais frágil que a reverência, não obstante, ainda assim, é incapaz de dissociar a imagem de amor ou temor da importância do reconhecimento dos súditos.

---

4 Um bom resumo dessa ideia é dado por Bignotto, para quem: “se ela [conservação] não pode ser assegurada pelo recurso aos valores éticos tradicionais, também não pode simplesmente esquecê-los” (BIGNOTTO, 2005, p. 139).

Claude Lefort conseguiu apreender o cerne de tal fenômeno: a natureza relacional da construção da imagem. Na sua interpretação da obra, a aparência do príncipe estaria intimamente ligada à relação “governante-governado” (LEFORT, 1972, p. 404). O príncipe é depositário de expectativas, e sua imagem deve, em boa medida, corresponder às aspirações dos súditos. O problema, porém, é que estas não são constantes, tampouco facilmente apreensíveis: a própria definição do que seja a “boa imagem” não é tão óbvia quanto Maquiavel parece sugerir num primeiro momento. Isso porque, conquanto indique, num plano de leitura dogmática d' *O príncipe*, qualidades indispensáveis ao governante, a própria “escala de valores” dos súditos costuma ser incerta e variável. Cito aqui uma síntese de Lefort:

Ainda que eles [súditos] sejam suficientemente maus para impedi-lo [príncipe] de ser bom, os súditos do príncipe não o são a ponto de aceitar que ele incarne o mal diante de seus olhos. Eles querem acreditar em sua virtude, em uma boa imagem; e é suficiente que o príncipe não torne tal crença impossível para que seja satisfeita (LEFORT, 1972, p. 414).

No fundo, tal incerteza decorre de um enigma moral que acomete todos os homens: ao mesmo tempo em que desejam que o príncipe opere em favor do bem comum, sob uma lógica de utilidade – o que implica em fazer o mal em certas ocasiões –, estes são incapazes de aceitar a prática de alguns atos moralmente insustentáveis.

Nesse cenário, em acréscimo, o elemento temporal figura como agravante. Maquiavel reconhece o poder subversivo e mítico da *fortuna*. De um momento para outro, a imagem-expectativa do príncipe, que por si só já é de difícil identificação, pode não se sustentar mais, sofrer, para recuperar Lefort, uma “funesta metamorfose” (LEFORT, 1972, p. 408). Desse modo, o soberano não deve ser prisioneiro de uma única característica (LEFORT, 1972, p. 413), até porque o príncipe de Maquiavel deve ter ciência, argumenta Lefort, de que, com o tempo, uma qualidade pode passar a ser vista como defeito e vice-versa. Como é possível imaginar, sua tarefa, portanto, não é fácil: cabe a ele “sondar os sentimentos que comandam a boa e a má imagem” (LEFORT, 1972, p. 413), a fim de se adaptar às expectativas incertas e cambiantes dos súditos.

\* \* \*

A assunção da importância das ideias de aparência e propaganda n' *O príncipe* nos conduz a rejeitar teorias que identificam em Maquiavel a adoção de

um realismo de tipo meramente empírico ou, ainda, de sorte pragmática<sup>5</sup>. A dimensão simbólica do poder, bem como as indeterminações que lhe são próprias, está na miríade de problemas que interessam a Maquiavel (BIGNOTTO, 2005, p. 141), revelando-se como substrato para uma compreensão da imagem e da propaganda no mundo da política. Isso não significa rejeitar a importância do que é empírico para a compreensão do seu sistema de pensamento, mas desautorizar análises d'*O príncipe* que apenas se satisfaçam com esse nível de apreciação. Na tentativa apressada de eliminar o "maquiavelismo", entendido como a defesa do uso deliberado do mal na política, alguns comentadores acabaram propondo uma figura expiatória<sup>6</sup> identicamente estranha: a do Maquiavel cientista e/ou pragmático. De fato, o florentino possui um método de captação racional da realidade (*alla verità effettuale della cosa*), mas, no fundo, é incapaz de expressar, em termos lógicos, diversos dilemas da cena política, bem como está longe de poder fazê-lo em termos de utilidade exclusivamente.

Tomemos a leitura de Ernst Cassirer como exemplo. Ele, apesar de não circunscrever a sua interpretação do método de Maquiavel à dimensão empírica, reconhece no florentino o espectro de um "cientista", de um "matemático", de um "químico", enfim, de um verdadeiro "técnico", fundador, segundo ele, de uma "nova ciência política" (CASSIRER, 2003). Afirma: "ele [Maquiavel] falava dessas coisas [ações políticas] como se fossem linhas, planos ou sólidos" (CASSIRER, 2003, p. 174). Na verdade, porém, Maquiavel foi incapaz de chegar a um nível tal de objetivismo<sup>7</sup> em suas análises, ele jamais vislumbrou os personagens da cena política como meros objetos, como sugere Cassirer. Nunca teve a pretensão ingênua de compreendê-los em sua totalidade ou, ainda, para fazê-lo, buscou reduzi-los ao "status de coisa" (LEFORT, 1972, p. 204).

Na leitura que Cassirer faz de Maquiavel, ao equiparar o florentino a um cientista, para recuperar parte da crítica de Lefort, dá-se a entender que o Estado e os homens encontram-se numa espécie de vácuo, bem como que o real e o racional coincidem (LEFORT, 1972); como se Maquiavel levasse a crer que as potencialidades humanas seriam capazes de revelar e compreender com

---

5 Para uma leitura de Maquiavel como "realista pragmático", ver *Os princípios filosóficos* de Simone Goyard-Fabre (GOYARD-FABRE, 1999, p. 86).

6 Sobre o uso de figuras expiatórias para definir Maquiavel, ver Introduction (In: MACHIAVELLI, 1998), escrito por Harvey Mansfield.

7 Lefort denuncia a leitura que Cassirer faz de Maquiavel como objetivista (LEFORT, 1972, p. 202).

clareza a totalidade dos fatos do mundo, e como se tais fatos, empiricamente verificados, se confundissem com as suas representações.

\* \* \*

As indeterminações que rondam a construção da imagem do príncipe, todavia, são um exemplo de como a política se dá, em boa medida, no nível do mito. Forjar uma boa aparência e veiculá-la para convencer os súditos das qualidades do governante aparece como uma necessidade de governabilidade do príncipe. Muito perdemos da força filosófica do pensamento de Maquiavel, contudo, quando transformamos seu método em uma mera lupa de constatação positiva do real. A riqueza de seu sistema de pensamento está em reconhecer que a “dimensão imaginária” exerce um papel fundamental na política (BIGNOTTO, 2005, p. 141). Assim, no final das contas, Maquiavel é incapaz de definir, com a precisão de um técnico, o que é “útil” ou “inútil” no jogo político. A representação é a única alternativa viável à constatação de que somos incapazes de revelar a essência de todos os mistérios do mundo (BIGNOTTO, 2005, p. 139). Desse princípio decorre não só o reconhecimento da importância da construção da imagem do príncipe, mas também a necessidade de se adotar a propaganda como artifício em tal empreitada.

## Referências bibliográficas

- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. São Paulo: Códex, 2003.
- GOYARD-FABRE, Simone. *Os princípios filosóficos do direito político moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O que é democracia? A genealogia filosófica de uma grande aventura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre: Machiavel*. Gallimard, 1972.
- RENAUT, Alain (org.). *Histoire de la philosophie politique*, tome II. Naissances de la modernité. Paris: Calmann-lévy, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Pinguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A Mandrágora; Belfagor, o arquidiabo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MANSFIELD, Harvey. Introduction. In: MACHIAVELLI, Niccolò. *The prince*. 2ª ed. Londres: The University of Chicago press Ltd., 1998, p. VII-XXIV.

MESNARD, Pierre. *L'essor de la philosophie politique au XVI siècle*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1977.

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Londres: The University of Chicago press Ltd., 1992a.

———. *What is political philosophy?* Londres: The University of Chicago press Ltd., 1992b.



Filipe Natal de Gaspari – Graduando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
gasparifilipe@gmail.com